

Varas de Família está à beira do caos na Baixada

Em menos de um ano, total de processos acumulados subiu 30,3%

RAFAEL MONTA
DA REDAÇÃO

Elas não o recurso dos que precisam receber o pagamento de pensão alimentícia, resolver a partilha de uma herança, saber com quem ficar a guarda das crianças, divorciar-se do marido ou da mulher. Mas há muita gente com as mesmas necessidades. E elas, as Varas de Família e Sucessões da Baixada Santista, têm estrutura limitada e um número cada vez maior de processos acumulados.

Em fevereiro, conforme dados da Corregedoria Geral da Justiça do Tribunal de Justiça do Estado, 56,762 processos tramitam nas varas específicas existentes nas quatro maiores cidades da Baixada Santista: São Vicente (21.385), Santos (17.878), Praia Grande (9.388) e Guarujá (8.118). Nos demais municípios, assuntos de família são analisados em varas cumulativas, que tratam dessa e de todas as demais áreas cíveis, criminais, etc.

A situação se agravou a partir de abril do ano passado, quando teve início a mais longa greve da história do Poder Judiciário: 127 dias, até o início de setembro. No mês em que a paralisação começou, registravam-se 43.522 processos em tramitação. Em fevereiro deste ano, o total era 30,3% maior.

E os dados oficiais estão defasados. Na 1ª Vara de Família de São Vicente, a mais sobrecarregada da região, 10,978 processos estavam em andamento, em fevereiro. Um mês depois, eram 12.160, segundo o juiz Guilherme da Costa Manso Vasconcelos, titular da vara e diretor do Fórum vicentino.

"Estamos com 12 mil. Temos um só cartório para duas varas, com 15 servidores, sete oficiais

Por cidade

Município	Vara	Processos (abr/10)	Processos (fev./11)
Guarujá	1ª	3.402	3.967
	2ª	3.649	4.151
	No cidade	7.051	8.118
Praia Grande	1ª	4.046	4.324
	2ª	3.529	5.059
	No cidade	7.575	9.383
Santos	1ª	4.163	4.864
	2ª	5.292	5.826
	3ª	5.949	7.186
	No cidade	15.404	17.878
São Vicente	1ª	6.535	10.978
	2ª	6.967	10.405
	No cidade	13.502	21.383
Baixada Santista		43.522	56.762
		Variação: +30,3%	

Observação: Dados referentes a fevereiro. Fonte: Colômbio da Corregedoria Geral da Justiça do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Variável

"A maioria dos feitos é resolvida num prazo de três a quatro meses. Por ora, administro a vara razoavelmente, pois temos apoio importantíssimo de conciliadores, que fazem entre 100 e 120 acordos por mês. Mas o que é litigioso, como exames de DNA, pode levar anos"

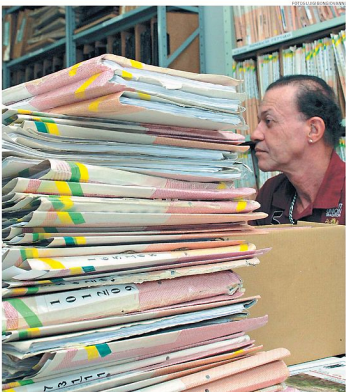


Guilherme da Costa Manso Vasconcelos, juiz da 1ª Vara de Família e Sucessões e diretor do Fórum de São Vicente

de justiça e sete auxiliares. E estas varas existem tão-somente desde maio de 2007. Se passarmos mais dois ou três anos com esta estrutura, chegare-

mos ao colapso total", advertiu o magistrado.

São Vicente ainda sofre com uma peculiaridade, de acordo com Vasconcelos: o elevado



Cartório das varas de Família de São Vicente: poucos servidores para muitas ações à espera de sentença

nível de pobreza da população, quando comparado ao de outras cidades. Em famílias pobres, o índice de natalidade supera a média e a demanda por exames de investigação de paternidade (os chamados testes de DNA) também é elevada.

"As vezes, leva-se de um ano a um ano e meio para agendar o exame. Mas o índice negativo é muito grande: no ano passado, mais de 20% dos homens apontados pelas mães não eram os pais das crianças. A demanda é alta por irresponsabilidade", contextualiza juiz.

NO CAMINHO

Pedidos para ampliação do número de funcionários não faltam, mesmo em unidades menos abarrotadas, como a 1ª Vara de Família e Sucessões de Guarujá. Mas, conforme a assessora do Tribunal de Justiça, não há data para que as

solicitações sejam atendidas (veja matéria).

Enquanto o caminho entre o cidadão e a sentença judicial não termina, no meio dele está o advogado. "O cliente está desesperado e não entende que o que nos debanica é o funcionamento do Judiciário. Eu não posso andar mais do que o juiz. E tenho prazo; o juiz, não", observa Andrea Pinto Amaral Corrêa, advogada especializada em Direito de Família.

Mesmo com medidas de auxílio ao andamento de processos, a deficiência estrutural contribui para a lentidão das ações. "Criam varas, pegam um pouco dos funcionários de cada uma das outras, mas só vai haver um juiz e uma vara para distribuir (os feitos). Isso leva a erros e, quando um despacho sai errado, tem de ser corrigido. E a ação entra na fileira de novo", lamenta-se Andrea.

Personagem

Aline de Oliveira Félix
RECEPCIONISTA

Desde junho de 2005, Aline tenta o reconhecimento da paternidade de sua filha. O processo começou na 1ª Vara de Família e Sucessões de Praia Grande. Hoje, dois advogados e quase seis anos depois, o assunto ainda não está encerrado. Aline afirma que, recentemente, tentou verificar o andamento do processo, mas não localizou a cópia da ação em Praia Grande: "Sumiu. Ninguém achou. Agora, só no Tribunal de Justiça de São Paulo", queixa-se

Tentativa de equilíbrio contra "limite mínimo"

Na 1ª Vara de Família e Sucessões de Guarujá, 3.967 ações tramitam em fevereiro. Uma das explicações para ter o menor número de processos em andamento está no tempo de instalação da unidade: menos de dois anos. Outro motivo, porém, reside numa nova divisão interna de trabalho, explicada pela juíza Maria Cecília dos Santos Branco Peres.

"Uma das medidas foi inspirada em minha colega da Capital". Antes, esse juiz emitia um despacho, para marcar uma audiência, comunicava a ordem ao cartório, que expedia um mandado. Agora, ele inclui a data da audiência no despacho, reduzindo o trabalho de cartório.

Outra iniciativa tem sido feita em conjunto com o campus guarujarense da Universidade do Rio de Janeiro (Unirio): criar, em um setor de conciliações no qual estagiários de Direito tentam acordo entre as partes em casos "menos complexos". "É uma medida a menos que tenho de fazer pessoalmente", observa Maria Cecília.

Mesmo assim, a juíza consideraria ideal uma equipe de trabalho com mais quatro servidores (três escreventes e um auxiliar judiciário; hoje, a 1ª Vara tem 14 profissionais). "Buscamos uma forma de organizar o cartório, mas, às vezes, faltam os recursos humanos no limite mínimo e as pessoas fi-

TJ anuncia reforços, mas sem prazo

O Tribunal de Justiça (TJ) do Estado instalará seis novas varas na Baixada Santista: duas para juizados, uma da Fazenda Pública, duas cumulativas e uma de Família — esta última, em Santos.

Conforme a assessoria de imprensa do órgão, entretanto, não há "previsão de instalação, já que necessitam de provimento de cargos, espaço físico e funcionários". Curiosamente, a futura vara de Família não ficará na cidade mais sobrecarregada da região. As duas unidades de São Vicente, juntas, acumulam mais processos do que as três existentes em Santos, onde será instalada a futura unidade.

A assessora do Tribunal alega que "a criação de varas depende de muitos fatores, não só do número de processos em andamento na comarca. Levamos em conta, também, o número de habitantes na Cidade".

Santos tem 419.757 moradores, e São Vicente, 332.424. Ao segundo o Censo 2010. Ao se dividir o total de habitantes pelo número de ações em curso nas varas de Família, conclui-se que há um processo do tipo para cada 23,4 santistas e um para cada 15,6 vicentinos.

RESTA CHAMAR

Presidente da Associação dos Servidores do Poder Judiciário da Baixada (Assosjba), o auxiliar judiciário Alexandre dos Santos observa que já seria pos-

Em números

6
varas
de justiça
são projetadas
para a Baixada Santista

56,7
mil
processos, ao menos, tramitam
nas varas de Família da região

21,3
mil
ações estavam nas varas de
São Vicente, em fevereiro

3,9
mil
processos estão tramitando na
1ª Vara de Família de Guarujá



Seam mais servidores do que entram, observa Alexandre dos Santos

sível ampliar os quadros: bastaria chamar candidatos aprovados em concursos ainda vigentes do Tribunal de Justiça.

"Há um déficit geral de servidores. Uns estão se aposentando, outros estão em licença há muito tempo, por síndrome

pânico, LER (leão por esforço repetitivo)... Não há reposição de funcionários na mesma proporção dos que saem, enquanto a demanda judicial aumenta consideravelmente", resume o sindicalista.

O presidente destaca que até

mesmo as instalações de varas de Família precisam de andamento dos trabalhos. "A 3ª Vara (de Santos) tem pé-direito de mil metros. Faz calor. E ruim para os servidores e para as partes, que passam mal durante audiências".